



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Data da reunião: 15/09/2015

Presidente: Senador Cristovam Buarque

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLC 123/2011 Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações. Autoria: Deputado Arnon Bezerra [tramitação]</p> <p>PLS 559/2011 Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante. Autoria: Senador Jorge Afonso Argello [tramitação]</p> <p>Não Terminativos</p>	Senador José Medeiros	<p>Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto.</p> <p>[relatório]</p>	<p>Ambos os projetos tem a finalidade de coibir práticas utilizadas por prestadoras de serviços de telecomunicações para desestimular seu usuário a substituí-las. O PLC 123/2011 impede o bloqueio do terminal do assinante, prática que passa a ser permitida apenas se o usuário receber subsídio total ou parcial no preço do aparelho. Mesmo assim, determina que o desbloqueio seja feito, sem ônus, caso o usuário decida trocar de operadora, resguardada a multa rescisória. O PLS 559/2011, por sua vez, determina que, para cada plano de serviço com cláusula de permanência mínima, seja oferecido ao assinante outro equivalente, sem a referida cláusula, e que a operadora informe o consumidor, no momento da contratação, se houver outras diferenças de custo envolvidas. Ademais, veda a extensão do período de "fidelização" enquanto durar a relação contratual, mesmo que o usuário decida trocar de plano de serviço.</p> <p>O relator aponta que súmula da Anatel já obriga as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal a desbloquearem o terminal do usuário, sem ônus, sempre que solicitado, sem prejuízo de cobrança de multa contratual em caso de descumprimento do prazo de permanência acordado. Relata ainda a existência de resolução, da mesma agência reguladora, que estabelece o prazo máximo de doze meses de permanência em contratos de adesão da telefonia móvel. De todo modo, considera que a positivação de tais dispositivos por meio de lei confere maior segurança jurídica.</p> <p>O substitutivo proposto agrega as disposições mais relevantes dos dois projetos, bem como inclui a vedação expressa de venda de terminais bloqueados, por ser restrição ao direito de escolha do usuário. Ademais, prevê sanções para a violação de suas disposições.</p> <p>- A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PLC 73/2015 Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços. Autoria: Deputada Nilda Gondim [tramitação] Não Terminativo</p>	<p>Senador Hélio José</p>	<p>Pela aprovação [relatório]</p>	<p>Altera a Lei 8.078/1990 (CDC), de modo a facilitar a identificação de anunciantes e de fornecedores de bens e serviços. A proposição acresce um parágrafo ao art. 33 do CDC, impondo ao fornecedor no caso de oferta ou venda pela internet o fornecimento de diversas informações em seu <i>site</i>. Adiciona ainda o art. 36-A ao CDC, determinando que a publicidade impressa contenha – em caracteres facilmente legíveis – o nome do anunciante e seu CPF ou CNPJ bem como o CNPJ da gráfica que realizou a impressão e a data da publicação do anúncio. Ademais, prevê que os veículos de mídia devem armazenar as informações de publicidade por 90 dias para consulta pelas autoridades competentes, ou pelo consumidor. - A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.</p>
3	<p>PLC 34/2015 Ementa: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze [tramitação] Não Terminativo</p>	<p>Senador Randolfe Rodrigues</p>	<p>Pela rejeição [relatório]</p>	<p>Altera a Lei 11.105/2005, no tocante aos alimentos transgênicos. O projeto determina que: (a) Apenas os alimentos com presença de OGM comprovadamente detectada por meio de “análise específica” sejam rotulados como transgênicos; (b) No caso da análise referida anteriormente ter resultado negativo seja facultativa a rotulagem “livre de transgênicos”; (c) Adotar as expressões “(nome do produto) transgênico” ou “contém (nome do ingrediente) transgênico” em substituição ao atual símbolo “T”. O parecer entende que o projeto deve ser rejeitado, por violar o direito constitucional de acesso à informação, bem como não atender aos ditames do CDC em relação à informação de riscos à saúde do consumidor. 1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; 2) Em 11/08/2015 e 12/08/2015, foram realizadas duas audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a Matéria.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	<p>PLS 330/2013 Ementa: Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares [tramitação]</p> <p>PLS 131/2014 Ementa: Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros. Autoria: CPI da Espionagem (CPIDAESE) [tramitação]</p> <p>PLS 181/2014 Ementa: Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. Autoria: Senador Vital do Rêgo [tramitação]</p> <p>Não Terminativos</p>	Senador Aloysio Nunes Ferreira	<p>Pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. [relatório]</p>	<p>PLS 330/2013 O projeto almeja disciplinar o tratamento de dados pessoais por entes de direito público e privado, assegurando que não ocorram violações de direitos e garantias fundamentais do titular de dados no uso racional e eficaz das informações. A Emenda nº 1 torna obrigatória a prévia cientificação do interessado da inclusão de seus dados em sistemas restritivos de crédito.</p> <p>PLS 131/2014 Busca conferir maior controle e transparência em relação às requisições de dados de pessoas naturais e jurídicas brasileiras por autoridades governamentais e tribunais estrangeiros.</p> <p>PLS 181/2014 Disciplina de forma mais abrangente os princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.</p> <p>O parecer destaca o esforço de diversos países - especialmente após o escândalo do uso de dados pela NSA - para elaboração de marco legal que ofereça maior proteção aos dados pessoais de seus cidadãos.</p> <p>O substitutivo busca unir as contribuições dos três projetos apresentando aprimoramentos que estabelecem princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção, ao tratamento e ao uso de dados de pessoas naturais. Tais medidas não alcançam a atividade jornalística e os bancos de dados governamentais mantidos exclusivamente para fins de defesa nacional e segurança pública.</p> <p>1) As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania; 2) Em 18/08/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, em atendimento ao Requerimento n.º 52, de 2015-CCT, de autoria do Senador Telmário Mota; 3) Em 01/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.</p>
5	<p>PLS 83/2014 Ementa: Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões. Autoria: Senador Romero Jucá [tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	<p>Pela aprovação [relatório]</p>	<p>Acrescenta dispositivos à lei 9.051/1995. O primeiro artigo impõe a necessidade dos entes federados proporcionarem serviço de requerimento e expedição de certidões de forma eletrônica em seus sítios, no prazo de dois anos da publicação da lei. O segundo artigo determina ser ato de improbidade administrativa o descumprimento do prazo fixado no artigo anterior.</p> <p>1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa; 2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 04/08/2015.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	<p>PLS 433/2013</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.</p> <p>Autoria: Senador Vital do Rêgo</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	<p>Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta</p> <p>[relatório]</p>	<p>A proposição visa a tornar obrigatória e gratuita a identificação do código de acesso dos assinantes que originam chamadas telefônicas. Pretende, dessa forma, evitar a prática de crimes por meio das redes de telefonia, bem como coibir abusos nas práticas dos serviços de telemarketing e de cobranças.</p> <p>Na CMA, o projeto recebeu substitutivo que manteve as linhas gerais de seu conteúdo. Na CCT, o atual relator propõe alguns ajustes redacionais, para aprimorar a técnica legislativa, para adequar a terminologia utilizada no projeto aos termos consagrados na legislação das telecomunicações e para melhor explicitar os direitos que se pretende conferir aos usuários da telefonia.</p> <p>1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo);</p> <p>2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;</p> <p>3) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/06/2015, 23/06/2015 e 04/08/2015.</p>
7	<p>PLS 431/2014</p> <p>Ementa: Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público.</p> <p>Autoria: Senador Anibal Diniz</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	<p>Pela aprovação, com a Emenda que apresenta</p> <p>[relatório]</p>	<p>Reconhece o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial, determinando que sua prestação se dê em regime público.</p> <p>A emenda apresentada visa aprimorar a técnica legislativa.</p> <p>- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.</p>
8	<p>OFS 39/2014</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Aloysio Nunes Ferreira	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando ter sido a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>Novo Interior Comunicações Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens - autorizada pelo Poder Executivo.</p> <p>O parecer conclui pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	<p>OFS 29/2014</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Cristovam Buarque	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando ter sido a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>TV Tocantins Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens - autorizada pelo Poder Executivo.</p> <p>O parecer entende pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>
10	<p>OFS 47/2015</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da <i>Televisão Tibagi Ltda.</i>, no município de Apucarana - PR.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Eduardo Amorim	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>Televisão Tibagi Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens.</p> <p>O parecer entende pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>
11	<p>OFS 42/2014</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da <i>TELEVISÃO CONQUISTA LTDA.</i>, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Fernando Bezerra Coelho	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando ter sido a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>Televisão Conquista Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens - autorizada pelo Poder Executivo.</p> <p>O parecer entende pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	<p>OFS 13/2015</p> <p>Ementa: Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.</p> <p>Autoria: Editora Gazeta do Povo S.A.</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Flexa Ribeiro	<p>Pelo arquivamento</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha declaração de composição do capital social, em cumprimento à Lei 10.610/2002, da Editora Gazeta do Povo S.A.</p> <p>Uma vez que a documentação não inclui nenhuma alteração de controle societário, o parecer entende pelo arquivamento da mensagem, já que o conhecimento do Congresso seria prescindível.</p>
13	<p>OFS 32/2015</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda., no município de Leopoldina - MG.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Hélio José	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>Multisom Rádio Jornal Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens.</p> <p>O parecer entende pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>
14	<p>OFS 11/2015</p> <p>Ementa: Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.</p> <p>Autoria: Editora Jornalística Alberto LTDA.</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Marcelo Crivella	<p>Pelo arquivamento</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha declaração de composição do capital social, em cumprimento à Lei 10.610/2002, da Editora Jornalística Alberto Ltda, bem como cópia do Registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro.</p> <p>Uma vez que a documentação não inclui nenhuma alteração de controle societário, o parecer entende pelo arquivamento da mensagem, já que o conhecimento do Congresso seria prescindível.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
15	<p>OFS 40/2014</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	<p>Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações</p> <p>[relatório]</p>	<p>Encaminha mensagem comunicando ter sido a transferência para outro grupo de cotistas do controle da <i>Televisão Norte Baiano Ltda.</i> – concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens - autorizada pelo Poder Executivo.</p> <p>O parecer entende pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações, para suprir lacuna no processado.</p>
16	<p>PDS 380/2012</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbáiba, Estado de Goiás.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senadora Rose de Freitas	<p>Pela rejeição</p> <p>[relatório]</p>	<p>Trata-se de projeto que prevê a aprovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à P1 Serviços de Comunicação Ltda. Em 2013 a Comissão encaminhou Requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, solicitando esclarecimento em relação a denúncias veiculadas pela Folha de São Paulo em 03/12/2012. A notícia relata suspeita da Polícia Federal de que grupo organizado por Paulo Vieira, ex-diretor da ANA, envolvido na operação Porto Seguro, teria utilizado a rádio para lavagem de dinheiro obtido em tráfico de influência em órgãos da União.</p> <p>Entende o parecer que as respostas apresentadas pelo Poder Executivo não atendem à solicitação feita por esta Comissão. Assim, vota pela rejeição do Projeto.</p> <p>A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 23/06/2015 e 04/08/2015.</p>
17	<p>PDS 28/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Aloysio Nunes Ferreira	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	<p>Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
18	<p>PDS 30/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
19	<p>PDS 62/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Aloysio Nunes Ferreira	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
20	<p>PDS 221/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senadora Angela Portela	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
21	<p>PDS 278/2013</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
22	<p>PDS 58/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
23	<p>PDS 124/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
24	<p>PDS 52/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Delcídio do Amaral	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
25	<p>PDS 300/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Eduardo Amorim	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
26	<p>PDS 195/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Fernando Bezerra Coelho	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
27	<p>PDS 203/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ATRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Flexa Ribeiro	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
28	<p>PDS 244/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Flexa Ribeiro	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
29	<p>PDS 138/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Gladson Cameli	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	<p>PDS 195/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Hélio José	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
31	<p>PDS 200/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Hélio José	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
32	<p>PDS 106/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador José Medeiros	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
33	<p>PDS 201/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador José Medeiros	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
34	<p>PDS 96/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIRÓZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Lasier Martins	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
35	<p>PDS 153/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Lasier Martins	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
36	<p>PDS 154/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Lasier Martins	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
37	<p>PDS 185/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Lasier Martins	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
38	<p>PDS 44/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Marcelo Crivella	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
39	<p>PDS 89/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Marcelo Crivella	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
40	<p>PDS 145/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senadora Sandra Braga	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
41	<p>PDS 226/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Sérgio Petecão	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
42	<p>PDS 329/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Telmário Mota	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
43	<p>PDS 255/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO-DIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Valdir Raupp	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
44	<p>PDS 222/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Vicentinho Alves	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
45	<p>PDS 73/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
46	<p>PDS 75/2015</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Walter Pinheiro	Pela aprovação [relatório]	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
47	<p>PDS 173/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
48	<p>PDS 176/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Zeze Perrella	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.
49	<p>PDS 181/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Zeze Perrella	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média.
50	<p>PDS 182/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Zeze Perrella	<p>Pela aprovação</p> <p>[relatório]</p>	Concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
51	<p>PDS 186/2014</p> <p>Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Zeze Perrella	Pela aprovação [relatório]	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.